

Polêmica marca composição do Parlasul

Atitude do Paraguai de reabrir o debate adia a decisão final sobre os critérios de representatividade a serem adotados pelo Parlamento do Mercosul (Parlasul).

Entendimento em torno da questão deve ser tentado em reuniões previstas para o início de agosto, sob a presidência *pro tempore* do Uruguai. 2



Projeto regulariza trabalho rural temporário

Proposta em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania visa dar tratamento isonômico a trabalhadores rurais e urbanos quanto à contratação temporária. 3

SaudoCruz/Ministério da Agricultura

Viana propõe limite a despesas do Legislativo com pessoal

De acordo com projeto, os gastos com pessoal não poderão exceder 60% do orçamento no Legislativo federal, 60% no estadual e 70% no municipal. Objetivo é assegurar maior controle nas despesas e poupar o Poder de desgaste na opinião pública. 4

Reinfa

Como forma de estimular o investimento em fontes alternativas de geração de energia, o senador Fernando Collor propôs a criação do Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Reinfa).

De acordo com o projeto, o programa vai desonerar as pessoas jurídicas que atuem em:



pesquisa, desenvolvimento e produção de **equipamentos** utilizados na geração de energia por fontes alternativas

novas tecnologias de armazenamento e geração de energia



bens de consumo que usem energia alternativa

veículos tracionados por motor elétrico, híbrido ou não



Os incentivos fiscais abrangem:

- ✂ Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI
- ✂ Imposto de Importação - II
- ✂ Contribuição para o PIS/Pasep
- ✂ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Imposto menor para fontes alternativas de energia

Proposta de Fernando Collor que institui benefício fiscal tramita na Comissão de Serviços de Infraestrutura e será relatada por Gilberto Goellner. Depois segue para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde tramitará em decisão terminativa. 3



Sérgio Guerra (E) e Alvaro Dias apresentam documento à Secretária da Mesa

PSDB protocola três representações contra Sarney no Conselho de Ética 4

Waldemir Rodrigues

Proposta sobre critério de representatividade poderá ser apresentada e analisada em reunião extraordinária do Conselho do Mercado Comum

Composição do Parlasul deve ser definida em agosto

A DECISÃO FINAL sobre o critério de representatividade que o Parlamento do Mercosul adotará somente será tomada em reunião extraordinária do Conselho do Mercado Comum, que deverá ocorrer em agosto. O adiamento foi anunciado pelo presidente da Representação Brasileira no Parlasul, deputado José Paulo Tóffano (PV-SP), após participar, em Assunção (Paraguai), de uma reunião da Mesa Diretora do órgão legislativo regional.

A definição do número de parlamentares que serão eleitos por país faz parte de um acordo político firmado entre os quatro integrantes do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – no final de abril.

A proposta aprovada deveria ser entregue ao Conselho do Mercado Comum, cuja reunião coincidiu com o encontro de cúpula dos presidentes dos países integrantes o bloco, o qual marca o fim da presidência *pro tempore* do Paraguai. Durante a última reunião da Mesa, porém, os paraguaios reabriram a questão e pediram que se adiasse a entrega da proposta.

No dia 10 de agosto, o grupo encarregado de implementar o acordo político para a definição do critério de proporcionalidade voltará a se reunir, agora sob a presidência *pro tempore* do Uruguai. Na semana seguinte, a partir do dia 17, será realiza-

da uma sessão do parlamento. Caso se alcance um entendimento, a proposta de divisão do número de cadeiras por país poderá ser enviada ainda em agosto ao Conselho do Mercado Comum, que a analisará em reunião extraordinária.

Eleição

Enquanto isso, prossegue tramitando na Câmara dos Deputados projeto de lei que define a forma de eleição dos 37 parlamentares brasileiros a serem eleitos em 2010, dentro da primeira etapa de implantação do acordo político – em uma segunda etapa, a partir de 2014, serão 75. O projeto precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado até o final de setembro para que as regras possam entrar em vigor nas eleições de 2010.

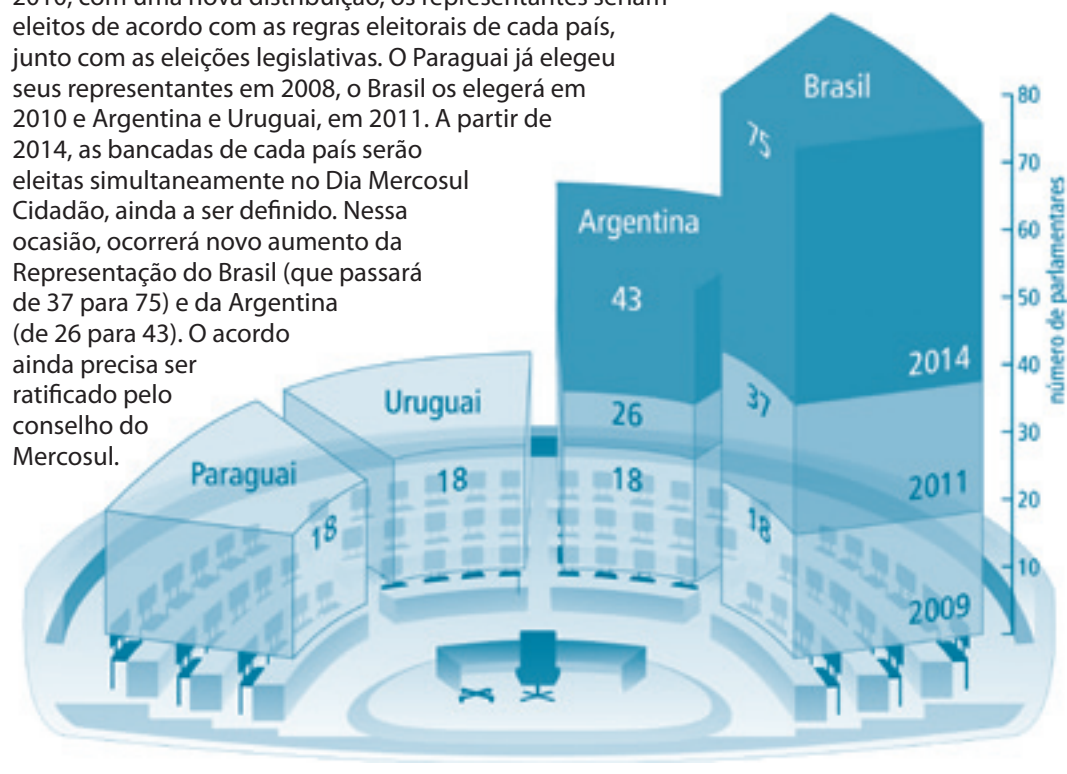
Na opinião do presidente da Representação Brasileira, ainda é possível alcançar um entendimento com os demais países do bloco e aprovar o projeto de lei no Brasil nos próximos dois meses.

Itaipu

– As coisas podem andar simultaneamente, elas não são excludentes – disse José Paulo Tóffano, para quem a aprovação do projeto de lei pelo Congresso Nacional poderia, inclusive, ajudar nas negociações com os outros países.

O Parlamento do Mercosul

Atualmente, cada país membro do Mercosul indica 28 representantes no Parlamento. Os parlamentares da Venezuela atuam apenas como observadores até que seja aprovada a entrada definitiva do país no Mercosul por todos os países do bloco. Em 2009, o Parlasul aprovou um acordo para que, a partir de 2010, com uma nova distribuição, os representantes seriam eleitos de acordo com as regras eleitorais de cada país, junto com as eleições legislativas. O Paraguai já elegeu seus representantes em 2008, o Brasil os elegerá em 2010 e Argentina e Uruguai, em 2011. A partir de 2014, as bancadas de cada país serão eleitas simultaneamente no Dia Mercosul Cidadão, ainda a ser definido. Nessa ocasião, ocorrerá novo aumento da Representação do Brasil (que passará de 37 para 75) e da Argentina (de 26 para 43). O acordo ainda precisa ser ratificado pelo conselho do Mercosul.



A reação dos parlamentares paraguaios à implantação do acordo político ocorreu no momento em que Paraguai e Brasil debatiam, às vésperas do encontro de cúpula e da reunião do Conselho do Mercado Comum, um acordo destinado a ampliar as compensações àquele país

pela utilização da energia da usina hidrelétrica binacional de Itaipu. A imprensa paraguaia tem adotado uma postura bastante crítica em relação ao Brasil nesse episódio.

Ao mesmo tempo, foram registradas reações nos três outros países do bloco à pro-

posta do Paraguai de criação de um tribunal supranacional do Mercosul. A criação desse tribunal seria, segundo o acordo político, a contrapartida à decisão de se garantirem bancadas maiores, no parlamento regional, aos países que contam com maiores populações.

Pesquisa sobre entrada da Venezuela no Mercosul indica empate técnico

Enquete que está sendo realizada pela Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop) do Senado, em parceria com a Agência Senado, sobre a entrada da Venezuela no Mercosul, já recebeu 6.824 participações e, até o momento, indica que as opiniões sobre a questão estão divididas. Do total, 50,2% dos participantes são contra a adesão daquele país ao bloco, enquanto 49,75% se declararam favoráveis ao pleito venezuelano.

Desde o início da pesquisa, no dia 1º de julho, houve equilíbrio entre número de votos favoráveis e desfavoráveis.

A Sepop ressalva que a enquete não pode ser usada como representação estatística da população brasileira porque não foram usadas técnicas de amo-

stragem próprias de pesquisa de opinião com essa finalidade.

A pesquisa prosseguirá até a próxima sexta-feira e está disponível na página da Agência Senado e no endereço eletrônico da Sepop: <http://www.senado.gov.br/sf/senado/centralderelacionamento/sepop/>.

Protocolo

O protocolo de intenções para ingresso da Venezuela ao Mercosul já foi aprovado pelos parlamentos da Argentina e do Uruguai, faltando ainda as decisões do Paraguai e do Brasil.

No Congresso brasileiro, o protocolo já foi aprovado na Câmara dos Deputados e tramita no Senado. O texto será votado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e, posteriormente, em Plenário.

Com a finalidade de orientar o voto dos senadores, a CRE já realizou três audiências públicas sobre o assunto. Também os debates mostram cisão em relação ao tema.

Para o ex-chanceler Celso Lafer, incorporar a Venezuela ao Mercosul como membro pleno é comprometer a identidade, a eficiência e o poder de atração do bloco como expressão de um regionalismo aberto. Ele sugeriu aguardar mais tempo para observar a postura política do presidente venezuelano Hugo Chávez.

Segundo a cientista política Maria Regina Soares de Lima, do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, a adesão da Venezuela dará partida a um movimento de incorporação da sub-região andina que pode ser

interessante para o bloco. Ela disse que uma recusa brasileira em aprovar o protocolo pode ser vista como ato hostil à Venezuela, o que poderá atrapalhar o crescimento das exportações brasileiras para aquele país.

Senadores divididos

O assunto também divide os senadores da CRE: Romero Jucá (PMDB-RR) e João Pedro (PT-AM) são favoráveis, por entenderem que isso aproximaria o bloco dos países do norte da América do Sul, enquanto Fernando Collor (PTB-AL) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) preferem esperar um pouco mais, para observar a evolução do pagamento das exportações feitas para a Venezuela.

Na última reunião da CRE sobre o assunto, em 9 de julho,

carta enviada pelo embaixador venezuelano no Brasil, Julio García Montoya, com o propósito de justificar sua ausência no debate, foi considerada "hostil e desrespeitosa em relação ao Senado" pela maioria dos integrantes da comissão.

Para Collor, a carta do embaixador "não era diplomática nem civilizada", representando "uma intromissão indevida nos métodos do Estado brasileiro de chegar a uma conclusão sobre a adesão da Venezuela". Ele chegou a propor um voto de censura a Julio Montoya, mas a proposta foi derrotada.

Ao final, a CRE optou pela solução conciliatória proposta pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI) de enviar, de volta, a carta ao embaixador, sem comentários.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Para Crivella, as empresas precisam proteger seus segredos comerciais

Proposta cria acordo sobre informação sigilosa

Projeto que cria o Acordo de Proteção de Informações Sigilosas – espécie de contrato a ser estipulado individualmente entre empregado e empregador, com o objetivo de proteger segredo comercial ou informações confidenciais que pertençam ao empregador – deverá ser apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em agosto.

Pela proposta (PLS 16/07), do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), esse acordo deve delimitar, de forma precisa, quais segredos e informações serão objeto de proteção, sob pena de nulidade, e não pode ser adotado por acordo ou convenção coletiva de trabalho.

O segredo comercial é todo processo, método, fórmula, dispositivo ou técnica que não seja de conhecimento público e possua valor econômico para o empregador, ainda que potencial. E cujo conhecimento, pelo empregado, seja decorrente do desempenho de suas atividades laborais.

Já a informação confidencial é aquela conhecida pelo empregado, em função de suas atividades laborais, que não configure segredo comercial, mas possua valor econômico ou estratégico para o empregador e cuja divulgação seja capaz de causar-lhe dano.

A proposta também estabelece que o empregador poderá pleitear, judicialmente, a dissolução do contrato de trabalho formado contrariamente aos termos do Acordo de Proteção de Informações Sigilosas, sem prejuízo da responsabilidade civil do novo empregador pelos danos ocorridos.

Para Crivella, uma empresa que não possua meios de proteger seus segredos comerciais tenderá a perder a vantagem econômica que é oferecida pela inovação tecnológica.

Concorrência

O relator na CCJ, Valter Pereira (PMDB-MS), apresentou parecer favorável.

“Creio que contribuirá para colocar a nossa legislação do trabalho em consonância com as necessidades trazidas pelos novos tempos, especialmente considerada a forte necessidade de sigilo para garantir a sobrevivência num mundo onde a concorrência é cada vez mais acirrada”, considerou o senador.

Se aprovada, a matéria será ainda votada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Segundo matéria em tramitação na CI, poderá se beneficiar de regime especial a pessoa jurídica que exercer atividades como pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos para geração de energia elétrica por novas fontes

Collor propõe incentivo tributário a fontes alternativas de energia

COMO FORMA DE estimular o investimento em fontes alternativas de geração de energia, Fernando Collor (PTB-AL) propôs a criação do Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Reinfra).

De acordo com o projeto (PLS 311/09), o programa vai desonerar as pessoas jurídicas que exerçam atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos utilizados na geração de energia por fontes alternativas; de novas tecnologias de armazenamento e geração dessa energia (eólica, solar e marítima, por exemplo) ou de novas tecnologias ou materiais para armazená-la; e de bens de consumo que façam uso de energia gerada por fonte

alternativa. Também será desonerada a produção de veículos tracionados por motor elétrico, híbrido ou não.

Importação

Os incentivos fiscais abrangem o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto de Importação (II), a Contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), inclusive quando incidentes na importação.

Quem aderir ao regime terá condições especiais de financiamento e prioridade junto a entidades oficiais de fomento para executar projetos ligados a essa área.

A geração de energia alternativa limpa, atendidas as exigências técnicas e legais, poderá



Collor: estímulo a investimentos em energia eólica, solar e marítima

ser desenvolvida de forma independente por qualquer pessoa física ou jurídica, que poderá utilizar ou comercializar a sua produção.

Dessa forma, as empresas dis-

tribuidoras de energia elétrica deverão priorizar a aquisição de energia limpa desses produtores, que também deve ser repassada ao consumidor final isenta de impostos e contribuições previstos no projeto de lei.

Ainda de acordo com o projeto, fica proibida a adesão ao Reinfra de pessoa jurídica optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

A proposta de Collor tramita na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e será relatada pelo senador Gilberto Goellner (DEM-MT). Depois, segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde tramitará em decisão terminativa.

Projeto em pauta na CCJ regulariza trabalho rural temporário

Entre outras propostas que devem ser analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na volta dos trabalhos parlamentares, está o projeto do senador Ramez Tebet, falecido em 2006, que visa permitir a atividade de empresas de trabalho temporário no meio rural. A proposta modifica legislação de 1974 que prevê essa modalidade de contratação de mão de obra para as empresas urbanas, que podem contratar trabalhadores para cobrir necessidades episódicas da firma – como férias e licenças de empregados – ou também para atender a picos de produção.

À época da apresentação do projeto (PLS 171/04), Tebet explicitou sua intenção de conceder tratamento isonômico a trabalhadores rurais e urbanos no que concerne à contratação temporária. Ele reconheceu a sazonalidade da atividade agrícola – que depende dos ciclos



Comissão deve analisar ainda proposta sobre aposentadoria e trabalho insalubre

da natureza –, mas descartou a hipótese de “precarização das relações de trabalho no campo” caso esse tipo de contrato trabalhista seja adotado para o agronegócio.

No entanto, segundo o autor da proposta, os trabalhadores rurais que hoje prestam serviço informal a fazendas e outras propriedades rurais, especialmente na época de colheitas, passarão a ter, caso o projeto

seja aprovado, os mesmos direitos dos trabalhadores formalmente registrados, como jornada de oito horas, repouso semanal, adicional noturno, indenização em caso de dispensa sem justa causa antes do período estipulado e a contratação por no máximo 90 dias, com direito a uma prorrogação.

A matéria está sob a relatoria de Kátia Abreu (DEM-TO), que emitiu voto favorável ao texto

emendado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Após o exame da CCJ, a proposta será analisada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Aposentadoria

Outro projeto (PLS 333/05) em pauta na CCJ estende para depois de 1998 a validade da contagem especial de tempo de serviço, para fins de aposentadoria, daqueles que trabalharam em condições prejudiciais à saúde. A lei que regula o assunto estabelece hoje que o direito à aposentadoria especial advinda de contagem específica por trabalho em atividade insalubre somente poderá ser concedido considerando-se a data limite de 28 de maio de 1998.

O projeto, do senador Flávio Arns (PT-PR), conta com parecer favorável de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e também será apreciado em decisão terminativa pela CAS.

Cada município poderá ter no mínimo dois conselhos tutelares

Cada município do país poderá ser obrigado a ter no mínimo dois conselhos tutelares, segundo substitutivo de Gerson Camata (PMDB-ES) a proposta de Arthur Virgílio (PSDB-AM) em tramitação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O projeto (PLS 199/08) modifica a atuação dos conselhos tutelares e, para isso, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente. A CDH analisará a proposta em caráter terminativo.

Pelo texto de Camata, cada um dos conselhos tutelares deverá ser composto por cinco membros. A escolha dos conselheiros será feita em anos ímpares pelo voto universal e facultativo, para mandato de quatro anos, permitida apenas uma recondução.



Texto de Camata prevê que mandato de conselheiro dure quatro anos

A proposta inicial previa mandato de cinco anos, porém o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou emenda, acatada pelo relator, reduzindo o prazo para quatro anos e estabelecendo eleição em anos ímpares para evitar sua coincidência com eleições



Virgílio é autor do projeto em pauta na Comissão de Direitos Humanos

para cargos do Executivo e Legislativo federal, estadual e municipal.

O projeto prevê ainda que o local, dia e horário de funcionamento do conselho serão definidos por lei municipal. Pelo texto, o conselheiro tutelar é equiparado ao servidor públi-

co federal e seus vencimentos passam a ser pagos pela União. Com isso, ele adquire direito ao décimo-terceiro salário, a férias anuais remuneradas, licença-gestante e licença-paternidade, e passa a ser incluído em plano de saúde oferecido pela União ao funcionalismo público federal. Atualmente a função é considerada de interesse público e não é obrigatoriamente remunerada.

Camata ressalta a importância das atribuições do conselho de assistir crianças e adolescentes sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados, além de atender e aconselhar os pais ou responsáveis, especialmente adotando medidas relacionadas à educação, perda da guarda do menor e destituição de sua tutela.

De acordo com proposta, gastos com pessoal não poderão exceder 60% do orçamento na esfera federal; 60% na estadual; e 70% na municipal

Projeto de Tião Viana limita despesa do Poder Legislativo com pessoal

PROJETO QUE LIMITA as despesas com pessoal no Poder Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta (PLS 315/09), do senador Tião Viana (PT-AC), aguarda designação de relator. De acordo com o projeto, os gastos com pessoal não poderão exceder 60% do orçamento no Legislativo federal, 60% no estadual e 70% no municipal.

Integram os três níveis do Legislativo o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, as assembleias legislativas estaduais, Câmara Legislativa do



Viana: limites estabelecidos pela LRF não se mostraram efetivos nos parlamentos

Distrito Federal, as câmaras municipais e os respectivos tribunais de contas.

O projeto estabelece ainda

que a despesa excedente deverá ser enquadrada no respectivo limite em até cinco exercícios, eliminado gradativamente o percentual excedente à razão de pelo menos 20% ao ano.

Em sua justificativa, Tião Viana ressalta a mudança gerada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que inovou na repartição dos limites globais pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público. No entanto, observa, esses limites não se mostraram efetivos para o

controle da despesa do Poder Legislativo.

“Nesse contexto de falta de efetiva limitação, criou-se o ambiente propício ao descontrole da despesa com pessoal nas casas legislativas. Esse quadro é deletério não só do ponto de vista da responsabilidade fiscal, mas também por afetar a imagem do Poder Legislativo perante a opinião pública”, argumenta Tião Viana. Segundo o senador, “o descontrole das despesas das casas legislativas é visto como um dos principais problemas que afetam o setor público, tanto por especialista quanto pela população em geral”.

Crivella defende acordo para solução da crise do Senado

O líder do PRB no Senado, Marcelo Crivella (RJ), disse que tanto os parlamentares do Bloco de Apoio ao Governo quanto os da oposição devem buscar um acordo com o objetivo de superar a crise que se instalou na Casa, ainda que para isso sejam necessárias medidas como o afastamento de parlamentares, demissão de funcionários e ressarcimento de valores recebidos indevidamente. O senador ressaltou, no entanto, que a superação da crise deve se dar “sem decisões radicais ou injustiças”.

De acordo com Crivella, as ações da base do governo visam construir condições favoráveis a um acordo. Ele disse que a tradição do Senado é de acordos “feitos com lucidez entre governo e oposição responsável”.

O senador afirmou estar convicto de que a Casa, “com a sua maturidade”, saberá buscar “o que for melhor para a sociedade”.

Marcelo Crivella acrescentou que a proposta de reforma eleitoral reforça a necessidade de um acordo, necessário para que a matéria seja votada a tempo de retornar à Câmara, após modificações no Senado, e entrar em vigor ainda este ano. Ele assinalou que a proposta é de interesse amplo, o que deve favorecer um entendimento.

Inquérito da Polícia Legislativa pode ser prorrogado por 60 dias

A prorrogação, por mais 60 dias, do inquérito policial aberto para investigar denúncia de Demostenes Torres (DEM-GO) de que o ex-diretor-geral do Senado Agaciel Maia teria lotado no gabinete do parlamentar, à revelia do senador, a funcionária Lia Monturil Vaz de Souza deverá ser solicitada à Justiça Federal. Foi o que informou o responsável pelo inquérito, Everaldo Bosco.

Com a prorrogação, será possível fazer exame grafotécnico da assinatura de Agaciel Maia em um dos atos administrativos secretos que nomeou a funcionária. Isso porque, durante depoimento à Polícia Legislativa, o ex-diretor-geral alegou ter dúvidas sobre se a assinatura era, de fato, sua.

Também será tomado depoimento de João Carlos Zoghbi, ex-diretor de Recursos Humanos. Um dos filhos de Zoghbi, João Carlos Zoghbi Júnior, envolvido nas acusações, depôs ontem. Até agora foram ouvidas 12 pessoas. Outros funcionários do Senado também serão chamados para prestar depoimentos.

PSDB protocola três representações contra José Sarney

O presidente do PSDB, Sérgio Guerra (PE), e o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) protocolaram ontem, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, três representações contra o presidente do Senado, José Sarney.

Uma delas trata da atuação de José Adriano Cordeiro Sarney, neto de Sarney, em operações de crédito consignado para funcionários da Casa; outra pede que se investigue a ligação de Sarney com os atos secretos (não publicados); e a terceira requer a apuração de supostas irregularidades na Fundação José Sarney e, ainda, da afirmação do presidente do Senado de que não tem ingerência na administração da entidade.

Segundo Sérgio Guerra, a divisão das acusações contra Sarney em três blocos “atendeu a requisitos técnicos”. O advogado da Executiva Nacional do PSDB Afonso Ribeiro, presente ao ato de entrega das representações, explicou que, ao dividir a ofensiva em três frentes, o partido almejou a possibilidade de que uma delas, pelo menos, possa ser relatada por



Sérgio Guerra (E) e Alvaro Dias entregam à Secretaria da Mesa documentos contra Sarney

parlamentar independente. Nem o PSDB, autor das representações, nem o PMDB, partido do representado, podem ter senadores na relatoria desses casos, já que são instâncias envolvidas.

Para prosseguirem, entretanto, as representações dependem do acolhimento do presidente do Conselho de Ética, Paulo Duque (PMDB-RJ). E, de acordo com a avaliação de Alvaro Dias, as perspectivas não são nada animadoras para os que pretendem processar Sarney. “Esse conselho foi montado de forma estratégica”, frisou.

No entender de Afonso Ribeiro, a decisão de Paulo

Duque será subjetiva, mas o advogado assegura que as representações estão embasadas juridicamente na existência de fatos documentados ocorridos durante o mandato do senador e na legitimidade do PSDB para representar.

Foram anexadas aos autos, por exemplo, as gravações em que integrantes da família de Sarney, e o próprio senador acusado, dialogam sobre contatos com o ex-diretor-geral do Senado Agaciel Maia com vistas ao preenchimento de cargos em comissão na Casa. Os áudios foram cedidos pelo grupo jornalístico *O Estado de S.Paulo*.

ao exterior.

Alvaro, no entanto, rejeitou declarações atribuídas também pela imprensa a Sarney, segundo as quais o crime de nepotismo teria sido cometido por todos os senadores.

– Primeiramente, é preciso ver quem praticou nepotismo. De todo modo, não estamos analisando só isso aqui, mas um conjunto de atos. Além do que, a responsabilidade dele como presidente da Casa é maior. Tanto assim que a crise passou de ética a política porque as irregularidades convergem para Sarney – ponderou Alvaro.

Marisa propõe uso do Fundo Partidário para aumentar número de deputadas federais



Projeto de Marisa destina-se a “reduzir desigualdade de gênero na política”

Projeto de lei da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) com o objetivo de aumentar o número de parlamentares mulheres no Congresso Nacional estabelece que 10% dos recursos do Fundo Partidário sejam distribuídos às siglas que elegerem candidatas para a Câmara dos Deputados, na proporção do número de eleitas. O texto também propõe que os recursos assim obtidos sejam utilizados exclusivamente para financiar candidaturas femininas e incentivar a filiação partidária

de mulheres e a participação delas na política.

Tais iniciativas estão contidas no PLS 241/09, apresentado pela senadora no início de junho. A matéria tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tem como relator o senador Marco Maciel (DEM-PE).

Marisa Serrano diz que o projeto “tem um nítido caráter de ação afirmativa, destinada a reduzir a desigualdade de gênero na política”. Ela informa que, em 2006,

apenas 12,37% dos integrantes da Câmara dos Deputados eram mulheres, em contraste com o fato de que elas representam cerca de 51,8% da população brasileira e em torno de 51,7% do eleitorado nacional.

A senadora argumenta que “dizer que essa proporção se explica simplesmente por escolhas voluntárias das mulheres (ausência de participação, por desinteresse) e da população (que escolhe homens para o exercício de cargos eletivos) significa

fazer tábula rasa do histórico das relações de gênero no Brasil e da contribuição que o Estado deu para o desenvolvimento do quadro atual”. Ela considera ainda pior “assumir a posição de que as mulheres teriam uma inaptidão natural para o exercício da política, ilação sem o menor fundamento científico”.

Para implementar as medidas sugeridas por Marisa Serrano, o projeto de lei prevê modificações nos artigos 41-A e 44 da Lei 9.096/95.